

# O que aprendemos? Para onde vamos?

Margaret Mead  
Rhoda Metraux

Outubro de 1971

Há mais de cinquenta anos os pessimistas vêm proclamando em altas vozes que, enquanto a tecnologia avançou vertiginosamente, nosso pensamento sobre as instituições, costumes e crenças sociais, nossa disposição de utilizar a tecnologia para atender às necessidades humanas e nossa capacidade de traduzir em ação a nossa preocupação com a vida humana – tudo isso ficou muito para trás.

Dizem-nos que o homem moderno, sacudido e fustigado por crescentes complexidades, simplesmente oscila para frente e para trás entre modos conhecidos e igualmente insatisfatórios de tentar resolver os problemas reais da existência. No mundo inteiro, os homens oscilam da tirania para a revolta e a revolução, e de volta à tirania em formas mais devastadoras que antes, em razão dos novos meios de controle, proporcionados pelos progressos da tecnologia; da preocupação com a guerra e do emprego da agressão para a preocupação com a paz e os esforços quase sempre ineficazes de proscrever a agressão; do recato puritano para o exibicionismo antipuritano; da estrita e impiedosa disciplina dos jovens para a insensata permissividade e licença; de um infundado idealismo para um descrente cinismo quanto à capacidade do homem de criar um mundo habitável.

Dizem-nos que, enquanto as nossas aptidões tecnológicas avançaram continuamente, a um ponto que nos permitiria – se quiséssemos – construir uma comunidade mundial, nossas ideias sobre a vida humana, balançando para frente e para trás como um pêndulo, não tiveram, na verdade, nenhuma evolução. Não criamos do homem nenhuma imagem melhorada que não tivesse sido há muito apresentada por alguma filosofia ou credo religioso. Não desenvolvemos uma ética que unisse, em vez de

dividir, os grupos humanos. Essa visão pessimista saturou de tal modo o pensamento contemporâneo que poucos se detêm em questionar se ela é verdadeira.

Será verdade, por exemplo, que não sejam possíveis novas relações entre os sexos? Haverá apenas quatro relações possíveis entre sexos: um homem e uma mulher, um homem e várias mulheres, uma mulher e vários homens, muitos homens e muitas mulheres? Será que a única alternativa para o contraste dos sexos, tal como o conhecemos, é o unissex – em que tanto os homens como as mulheres saem perdendo? Será verdade que só os homens podem dirigir os negócios do mundo?

Será verdade que nunca poderemos livrar o mundo das bruxas e das caças às bruxas? Que os medos da bruxaria simplesmente assumirão novas formas, de modo que no futuro, como no passado, milhares de homens e mulheres mal compreendidos, acusados – ou autoacusados – serão condenados à fogueira e à força, trucidados por turbas ou sentenciados nas formas da lei?

Será verdade que os seres humanos estão inevitavelmente à mercê de impulsos inconscientes e de esforços autopunitivos igualmente inconscientes para controlarem as suas fantasias? Serão os tabus um aspecto necessário do controle social?

Será verdade que a identidade humana está ameaçada pela tecnologia que os homens inventaram em sua busca de domínio sobre a natureza? Terão os seres humanos de sacrificar-se a uma infinda busca de poder sobre o mundo natural?

Serão os velhos incapazes de aprender? Incapazes de pôr a sua experiência a serviço da mudança e do futuro? Estarão as crianças condenadas a uma compreensão imperfeita e a anos de espera para tornarem-se adultos, apenas para se verem tolhidos na camisa-de-força das convenções?

Não creio que nada disso tenha de ser necessariamente assim.

Minha experiência como antropóloga levou-me a pensar que, assim como chegamos a uma maior compreensão das leis do universo físico em que vivemos, adquirimos também – e de modo significativo num passado muito recente – um conhecimento que nos proporciona opções que o homem nunca teve antes. Falo do conhecimento da nossa própria humanidade – da nossa emergente compreensão sobre a natureza da natureza humana.

O progresso da tecnologia foi espetacular. Muito mais discretamente, e quase sempre a passos lentos, vacilantes, ganhamos também uma visão e uma nova perspectiva da nossa entidade humana – de quem somos e do que podemos vir a ser.

Dois obstáculos maiores, entre muitos outros, estiveram muito tempo atravessados no caminho dessa iluminação. Um deles é uma crença provavelmente tão antiga quanto a vida humana – a crença de que as pessoas do nosso próprio grupo social representam tudo de que a natureza é capaz. Esta crença sempre dividiu os homens em entidades contrapostas: “nós”, que somos plenamente humanos, e “eles”, que, sendo diversos de nós, devem ser ou mais ou menos (quase sempre menos) que inteiramente humanos. Esta crença baseou-se, como ainda se baseia, no isolamento e na falta de comunicação, involuntária ou imposta. Uma crença simplista, sim, mas que é parte integrante de muitas das coisas que pensamos e sentimos sobre nós e sobre outros povos.

O segundo obstáculo, este moderno, é que as pessoas não podem ser estudadas como seres humanos completos em laboratórios. Não podemos assestar microscópios sobre os complexos processos da evolução individual. Não podemos assestar telescópios nos arranjos culturais e sociais de vida que as sociedades humanas desenvolveram através da história. Não podemos fazer experiências ou traçar gráficos para modos de vida. Tudo que podemos é estudar os modos de vida que diferentes povos desenvolveram ao longo de muitas gerações.

Nosso novo conhecimento é a medida do quão longe chegamos. Pois sabemos hoje, como ninguém pôde saber no passado, que todos os seres humanos pertencem a uma só espécie. O que distingue grupos humanos entre si não é inato; é o modo em que cada qual organizou e perpetuou a experiência, e o acesso que cada qual teve a outras tradições de vida. As grandes civilizações desenvolveram-se a partir de fecundos e contínuos contactos interculturais; as culturas simples, “primitivas”, sobreviveram pelos acidentes do isolamento.

A descoberta de que só podemos estudar o comportamento humano na forma em que ele efetivamente ocorre – em situações reais de culturas reais – é, em grande parte, uma contribuição dos antropólogos. Através do seu trabalho, especialmente com sociedades restritas espalhadas no mundo, eles aprenderam a observar, por imperfeitamente que fosse, estilos de vida vastamente diferentes, e a encará-los como expressões igualmente válidas da natureza humana. A importância disso é que hoje,

como nunca no passado, nós podemos ver a nós mesmos e a outros povos dentro de uma estrutura que nos inclui a todos, e na qual o nosso próprio modo de vida é apenas uma versão dentre muitas.

No passado, os americanos aceitavam como um artigo de fé a ideia de que as pessoas podem mudar o seu modo de vida no âmbito de uma existência. Esta ideia estava intrinsecamente contida na nossa crença de que imigrantes das mais diversas procedências podiam tornar-se americanos. Hoje sabemos que essa capacidade de transformação cultural não é peculiar ao nosso tipo de sociedade. Onde quer que novas linhas de comunicação se tenham aberto, onde quer que ideias novas para um povo tenham capturado a sua imaginação, as pessoas tem sido capazes de mudar.

Mas, ao mesmo tempo em que nos demos conta de um modo mais requintado, da força e continuidade das tradições mais antigas na moldagem das ideias e dos sentimentos das pessoas – ao mesmo tempo em que passamos a ver-nos como uma sociedade multifária e como um povo que incorporou no seu presente muito de um passado diversificado – passamos a alimentar dúvidas. Tornamo-nos pessimistas com relação à nossa capacidade de viver com toda essa diversidade.

Mas eu creio que o que realmente nos perturba não é a perda da fé nas velhas convicções. As dúvidas em que nos debatemos dizem respeito a novas percepções que no presente estão se expressando de muitas maneiras estranhas e bizarras. Estamos mergulhados num conflito entre aceitar novas responsabilidades e nos refugiar em velhas explicações. Como exploradores de uma terra desconhecida, olhamos para a frente e para trás hesitando em devassar o mundo que se abre à nossa vista.

Mas não penso que as opções resultantes de um crescente autoconhecimento estejam todas no futuro. Já nos adiantamos bastante no processo de traduzir o que entendemos – mesmo o que até aqui só vagamente entrevemos – em novas concepções, novas práticas, novas instituições.

A atual explosão de controvérsias sobre as relações entre homens e mulheres, creio eu, é um exemplo do quanto progredimos. Pois eu não vejo as atividades dos vários movimentos de liberação feminina como a súbita expressão de um grupo fortemente tiranizado – um grupo que inclui a metade ou mais da população do mundo. As fundações de novos modos de vida para a mulher foram assentadas em toda a extensão da sociedade moderna.

Hoje sabemos bem que as limitações atribuídas à mulher são limitações sociais, diferentes em diferentes culturas. Sabemos que o isolamento em que vivem tantas mulheres no mundo moderno é socialmente imposto. E sabemos também a partir da experiência de mulheres que estão abrindo seus próprios caminhos, que a mulher é plenamente capaz de realizações que os homens desenvolveram e a que dão valor.

Vejo o presente movimento feminista não como os primeiros fragores de uma revolução, mas como uma forma de autoafirmação através da qual as mulheres estão criando coragem e encorajando-se entre si para agirem de acordo com o que já sentem e sabem. Estamos assistindo não ao primeiro ato mas muito provavelmente ao clímax do drama.

Duas coisas, contudo, são genuinamente novas na presente situação. Uma é o primórdio do reconhecimento de que, se as mulheres devem ser liberadas para tornar-se seres humanos completos, os homens devem ser liberados para tornar-se igualmente seres humanos completos. Tardiamente, estamos descobrindo que a dominação dos homens sobre as mulheres, na medida em que aceita por homens e mulheres, impediu os homens de reconhecerem em si mesmos (e as mulheres de reconhecerem em seus pais e filhos, em seus namorados e maridos, em seus irmãos e amigos) necessidades humanas que nascem da dependência, especialmente a confiança na força de pessoas com que só parcialmente podem identificar-se. Estamos descobrindo que os homens, na medida em que trataram as mulheres como objetos sexuais, restringiram-se a conceitos de masculinidade que tolhem os seus próprios talentos e imaginação. Estamos aprendendo que os homens excluem da sua própria consciência as qualidades que atribuem às mulheres – qualidades que acreditam dever negar e combater dentro de si mesmos.

Sabemos que o que constitui “masculinidade” e “feminilidade” varia extraordinariamente de lugar para lugar. O que os seres humanos fizeram na maior parte das sociedades a maior parte do tempo foi dicotomizar as capacidades humanas: o que é masculino é não feminino; o que é feminino é não masculino. Assim, meninos e meninas crescem aceitando em si as qualidades que se espera que tenham e negando as que se espera que não tenham, não importando se isto se conforma ou não aos seus talentos e pendores temperamentais. Tardiamente, estamos descobrindo que em situações em que meninos e meninas, homens e mulheres, são livres para dividir as oportunidades, são também livres para desenvolver-se como indivíduos.

A outra coisa genuinamente nova é a ideia da opção no tocante à paternidade. Em todas as culturas, algumas mulheres e alguns homens, seja por opção ou por necessidade, têm tido vedadas ou têm negado a si mesmos as funções parentais. Nem o aborto nem a contracepção, seja por que forma praticados, são ideias novas. Mas a exigência de que o grupo social se perpetue tem sido tão forte ao longo da história que muito poucos têm podido resistir à pressão social para procriar, dar à luz e educar filhos.

Enquanto foi assim, a maior parte dos talentos, energias e capacidade de dedicação das mulheres esteve necessariamente ligada ao cuidado dos filhos. Da mesma forma, é claro, as atividades dos homens, por diversificadas que fossem, eram essencialmente ligadas ao provimento do que eles reputavam ser um meio em que as suas mulheres e filhos pudessem subsistir e, se possível, florescer e multiplicar-se.

Hoje, porém, temos em vista uma espécie de existência humana que transcende em muito a simples sobrevivência, tanto mais aliás quando aprendemos que a própria sobrevivência depende de que a nossa população seja limitada ao número de seres humanos que o nosso planeta pode comportar. E, com o nosso crescente autoconhecimento, estamos alcançando a compreensão de que consciência e liberdade de escolha são a base tanto do desenvolvimento individual como de uma sociedade que preze a dignidade humana. Numa tal sociedade, ser pai por opção e ser um filho, conscientemente desejado, são coisas igualmente necessárias.

Estamos vivendo um tempo de transição. Velhas tradições são duras de morrer, e não podemos predizer de que forma outras novas irão desenvolver-se através das gerações. Podemos despojar-nos de crenças estereotipadas sobre as diferenças entre o homem e a mulher. Mas não podemos saber que dons especiais as mulheres – e os homens – virão a revelar, até que se desenvolva um estilo de vida em que todas as pessoas possam funcionar como seres humanos completos, partilhando responsabilidades mútuas em formas ainda imprevistas.